proveniente de ata estadual vigente contemplando o objeto de interesse. §3º Na impossibilidade de cumprimento do disposto no §2º do presente artigo, ficará facultado ao MPC-PA utilizar os preços de atas federais ou municipais, desde que respeitados os critérios definidos nos arts. 6º e 7º da presente PORTARIA e, no caso das atas municipais, que se valham da publicidade federal presente no sítio eletrônico da União.

SEÇÃO V

PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS

Subseção I

Contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra

Art. 8º A vantagem econômica para a prorrogação de contrato de serviços terceirizados de natureza continuada com dedicação exclusiva de mão de obra considera-se assegurada, dispensando a realização de pesquisa de preços caso seja previsto no contrato reajuste dos preços dos itens envolvendo a folha de salários com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, e índice de reajuste dos insumos da contratação.

Subseção II

Contratos de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra

Art. 9º No contrato de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra, facultada-se a realização de pesquisa de preços na prorrogação do prazo de vigência, presumindo-se a vantagem econômica na manutenção do contrato caso haja manifestação técnica motivada mediante despacho fundamentado emitido pelo gestor/fiscal do contrato em que, em função da natureza do objeto, a variação dos preços contratados acompanha a variação do índice de reajuste estabelecido.

Parágrafo único. No contrato de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra, a prorrogação da vigência do contrato deve ser obrigatoriamente precedida de pesquisa de preços, observadas as disposições contidas no artigo 6º desta PORTARIA quando não for tecnicamente possível atestar que a variação dos preços do objeto contratado tenda a acompanhar a variação do índice de reajuste estabelecido.

SEÇÃO VI

COMPATIBILIDADE COM OS PREÇOS DO MERCADO NOS ACRÉSCIMOS CONTRATUAIS QUALITATIVOS

Art. 10 No caso de aditivo para acréscimo contratual qualitativo, para conferir se o valor proposto pela empresa contratada está de acordo com os preços praticados no mercado, a pesquisa de preços deve retratar a realidade dos preços praticados na fatia de mercado em que o objeto da contratação está inserido.

SEÇÃO VII

CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Art. 11 Para comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratação semelhante de objetos de mesma natureza, em razão da inviabilidade de competição, os preços que darão suporte à contratação devem ser obtidos com base nos valores praticados pela empresa ou pelo profissional.

§1º A Unidade Demandante deve anexar ao processo, a fim de comprovar que o valor ofertado pela empresa ou profissional ao MPC-PA é compatível com o valor médio pesquisado, documentos de contratações correlatas emitidos no período de até 01 (um) ano anterior à data da pesquisa ou tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso.

§2º Caso a exclusividade do fornecedor seja comprovada por atestado, sua autenticidade deve ser certificada pela unidade demandante, e o atestado anexado aos autos.

§3º Na hipótese do parágrafo anterior, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

SEÇÃO VIII

CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Art. 12 A realização de contratações diretas por dispensa de licitação observará o seguinte:

§1º A contratação direta por dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/2021 ocorrerá por meio de dispensa eletrônica, cuja pesquisa de preços observará o disposto nos arts. 4º e 5º desta PORTARIA.

§2º Caso a dispensa eletrônica reste fracassada ou deserta, a contratação ocorrerá por meio de dispensa por análise de proposta de fornecedores, mediante apresentação, pela unidade demandante, de no mínimo 03 (três) propostas, situação na qual poderão ser utilizadas propostas oriundas da pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, observado o previsto no art. 16 desta PORTARIA.

§3º As contratações diretas por dispensa de licitação de que trata o § 1º poderão, excepcionalmente, ser processadas por meio de análise de propostas de fornecedores, mediante justificativa da unidade demandante, que deverá acostar aos autos no mínimo 03 (três) propostas de fornecedores, observando-se, quanto à realização da pesquisa de preços, o disposto no inciso V do art. 4º e nos parágrafos 3º ao 6º do art. 5º desta PORTARIA, que serão analisadas pelo Agente de Pesquisa de Preços em colaboração com o DACC, objetivando identificar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração.

§4º Na hipótese do parágrafo anterior, as propostas apresentadas pela Unidade Demandante deverão vir acompanhadas da justificativa da escolha dos fornecedores.

§5º Nas contratações diretas por dispensa de licitação com base nos incisos III a XVI do art. 75 da Lei 14.133/2021, a Unidade Demandante deverá acostar aos autos, no mínimo, três propostas de fornecedores, sendo contratado o fornecedor que ofertar a proposta mais vantajosa para a Administração, observado o previsto no art. 16 desta PORTARIA.

§6º No caso de impossibilidade de obtenção de propostas nos quantitativos especificados nos §§ 2º e 3º do presente artigo, a Unidade Demandante

deverá justificar a ocorrência nos autos do processo, apresentando comprovação da inércia dos fornecedores consultados, negativa de formalização de propostas ou outro meio de prova que se amolde ao caso concreto.

SEÇÃO IX

CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Art. 13 Para subsidiar contratações de obras e serviços de engenharia, deve ser observado o disposto no Decreto Federal n. 7.893/2013.

CAPÍTULO III

DA ANÁLISE DA PESQUISA DE PREÇOS REALIZADA PELA UNIDADE DEMANDANTE

Art. 14 A conformidade da pesquisa de preços realizada pela Unidade Demandante será verificada pelo Agente de Pesquisa de Preços, que deverá conferir: I - se constam do processo, no mínimo, três preços válidos, nos termos descritos nesta PORTARIA;

II - se a pesquisa de preços é oriunda de fontes variadas;

III - se a pesquisa corresponde ao objeto definido;

IV - se a pesquisa apresentada está de acordo com a metodologia descrita nesta PORTARIA.

§1º Após a análise prevista no caput deste artigo, sendo verificada alguma inconsistência, o processo poderá ser devolvido à Unidade Demandante para a complementação ou manifestação necessária.

§2º Nas contratações por dispensa eletrônica, havendo inconformidade relacionada aos valores pesquisados, o Agente de Pesquisa de Preços avaliará, em colaboração com o DACC, considerando os princípios da economicidade e da eficiência, e levando em conta a materialidade e a simplicidade do objeto, a necessidade de avocar a pesquisa de preços, conforme o disposto no §1º do art. 14 desta PORTARIA, ou complementá-la, a fim de definir o valor estimado.

§3º Se a análise da pesquisa de preços indicar a possibilidade de competição, o Agente de Pesquisa de Preços deverá sugerir à Secretaria a vedação da contratação direta por inexigibilidade.

SEÇÃO I

AMPLIAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 15 Além da verificação da conformidade da pesquisa, o Agente de Pesquisa de Preços poderá ampliar a pesquisa de preços, a fim de verificar a compatibilidade entre o valor apresentado pela Unidade Demandante e o valor de mercado ou, conforme o caso, complementar a pesquisa de preços realizada, quando não restarem, dos preços juntados pela unidade, no mínimo, três preços válidos para compor a média estimativa ou comparativa. §1º Verificada a necessidade, o Procurador-Geral de Contas poderá determinar a realização da pesquisa de preços diretamente pelo Agente de Pesquisa de Preços.

§2º A pesquisa de preços realizada pelo Agente de Pesquisa de Preços observará as mesmas fontes elencadas nesta PORTARIA e os preços encontrados devem fazer parte do universo da pesquisa juntamente com os demais preços válidos coletados pela unidade demandante.

§3º No caso de contratação de obra e serviço de engenharia, quando constar nos autos referência à Anotação de Responsabilidade Técnica - ART pelas planilhas orçamentárias ou quando o orçamento da obra ou do serviço se basear em tabelas oficiais, o Agente de Pesquisa de Preços será dispensado de realizar a análise ou a ampliação da pesquisa de preços.

Art. 16 A análise da pesquisa de preços que serve de base para compor a média estimativa ou comparativa da contratação deve ser realizada pelo Agente de Pesquisa de Preços segundo os valores juntados pela Unidade Demandante e pelo próprio Agente de Pesquisa de Preços, quando for o caso, sendo desprezados os valores excessivamente baixos ou elevados, levando-se em consideração o limite de até 25% para o coeficiente de variação, e permanecendo válidos, para o cálculo da média, apenas os preços que se apresentarem homogêneos em relação à amostra.

§1º Finalizado o procedimento de que trata o caput deste artigo, tendo sido a média composta de, no mínimo, três preços e, dentre os valores considerados, não restar preço público dentro do limite de 25% para o coeficiente de variação, o valor oriundo de contratação pública vigente mais próximo da média será, excepcionalmente, considerado para compor a média estimativa ou comparativa.

§2º Na hipótese em que a escassez de preços impossibilitar o tratamento para homogeneização da amostra, a Unidade Demandante justificará o fato para análise quanto à conveniência da aceitação dos valores orçados.

§3º No caso em que, após análise do Agente de Pesquisa de Preços, a média comparativa for menor que o valor contratado, registrado ou proposto em contratações diretas ou em acréscimos contratuais qualitativos, os autos devem ser remetidos à Unidade Demandante para negociação dos valores.

§4º Caso a negociação de que trata o parágrafo anterior seja infrutífera, os autos serão remetidos à Secretaria para deliberação quanto ao prosseguimento do feito ou sua devolução à Unidade Demandante para renegociação.

§5º Em caso de licitação cujo critério de julgamento seja percentual de desconto, deve ser realizada, para fins de estimativa, média simples dos percentuais encontrados na pesquisa.

Art. 17 Caso a estimativa da contratação ou sua média comparativa não seja formada por, no mínimo, três preços válidos, a Unidade Demandante deve apresentar justificativa, e o chefe da Unidade Demandante deve submeter os autos à Secretaria do MPC-PA para análise e deliberação quanto ao prosseguimento da instrução.

SEÇÃO II

ELABORAÇÃO DO MAPA CONDENSADO

Art. 18 A Unidade Demandante elaborará o mapa condensado de estimativas da contratação, cujos valores serão calculados com base na média simples dos valores válidos, ou seja, dos preços que não apresentem discrepância em relação ao contexto de mercado, após validação pelo Agente de Pesquisa de Preços conforme metodologia descrita no art. 15 desta PORTARIA.